

3.4 Produto técnico - educacional: A integração curricular da Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional como prática emancipadora e o trabalho como princípio educativo.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de curso de formação continuada para os profissionais da educação que atuam com a Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal, como produto técnico - educacional desse trabalho de pesquisa:

Nome do Curso: A integração curricular da Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional como prática emancipadora e o trabalho como princípio educativo.				
Modalidade: () EaD (x) Híbrido () Presencial				
Carga horária do Curso: 80 horas				
Carga Horária específica:				
Horas diretas: Não se aplica	Horas Indiretas: Não se aplica	Encontros	Presenciais:	Horas online: 40 horas
40 horas				
Início do Curso: Início do semestre Letivo				
Fim do Curso: Fim do semestre letivo				
Quantidade de turmas: 1(uma) turma a cada semestre letivo				
Total de Vagas: 100				
Público–alvo: Professores efetivos e temporários, coordenadores pedagógicos, supervisores, gestores, orientadores educacionais que atuam com a EJA.				
Período de inscrição: Definido pelo calendário da Escola de Formação Continuada da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.				
Critério de Seleção: Sorteio				
Link para inscrição: site institucional da escola de formação da rede.				
Informações Técnico-Pedagógicas				
Pré-requisito: Atuar com a Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.				
Objetivo: Apresentar a oferta da EJA Integrada à Educação Profissional e Tecnológica como estratégia de acesso à escola e permanência dos educandos na EJA, relacionando-a com a concepção de currículo integrado e do trabalho como fenômeno social.				
Objetivos Específicos:				

1. Reconhecer os sujeitos da EJA como educando da classe trabalhadora, relacionando o contexto socioeconômico e cultural desses sujeitos com o mundo do trabalho, identificando os normativos do Distrito Federal referentes à modalidade como políticas inclusivas e afirmativas.
2. Compreender como as categorias de raça, gênero, classe, faixa etária se sobrepõem e atuam de forma unificada, interferindo diretamente na permanência escolar, no convívio social e na elaboração de políticas educacionais.
3. Compreender a integração curricular, com base nos princípios epistemológicos da unicidade teoria-prática, da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilização, constantes no Pressupostos Teóricos do Currículo em movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014).
4. Construir matrizes curriculares integradas conjuntamente com os cursandos, a fim de fomentar a implementação da EJA Integrada à Educação Profissional integração como uma prática emancipadora e dialógica.
5. Discutir a avaliação, em seus diferentes processos e espaços, de modo que esse processo seja compreendido como forma de encorajar, orientar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Justificativa:

Apesar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal reconhecer a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino da Educação Básica, que atende a um público bastante diverso, composto por pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora, e que creditam à escola pública a garantia de sua escolarização, assim como a de seus filhos e familiares; a permanência desses sujeitos na escola é um dos maiores desafios desta Rede de Ensino.

Nesse sentido, não basta apenas validar o direito à aprendizagem ao longo da vida, necessita-se assegurar o acesso à escolarização em qualquer tempo e em qualquer idade e ampliar a discussão com os profissionais da educação acerca das multicausalidades dos problemas sociais presentes na EJA, que interferem, diretamente, na permanência desses sujeitos na escola até a conclusão da Educação Básica.

Desse modo, reconhecer novas estratégias para atender, de forma diversa, os cidadãos em diferentes condições de aprendizagem, perpassa pela formação continuada dos

profissionais que atuam com a EJA, contribuindo para a ressignificação do currículo e da prática docente.

Assim, a EJA Integrada à Educação Profissional se apresenta como estratégia para que esses sujeitos possam, simultaneamente, concluir o Ensino Fundamental e/ou Médio, e a adquirir formação profissional ou técnica, conforme o segmento cursado.

A integração entre essas duas modalidades da Educação Básica ainda é colocada como uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conforme disposto em sua Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Da mesma forma, o Plano Distrital de Educação (PDE), aprovado pela Lei Distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015, traz metas e estratégias acerca do tema, ampliando o percentual determinado pelo Plano Nacional de forma ainda mais desafiadora. Segundo a Meta 9, o DF deve: Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano.

No entanto, esta Secretaria ainda não atingiu as metas estipuladas pelos normativos supracitados, o que demanda ações que possibilitem a ampliação da oferta de EJA integrada à EPT, abrindo novos cursos nas unidades escolares que já trabalham com esta oferta e fomentando-a em outras unidades, aumentando, assim, a quantidade de pessoas atendidas.

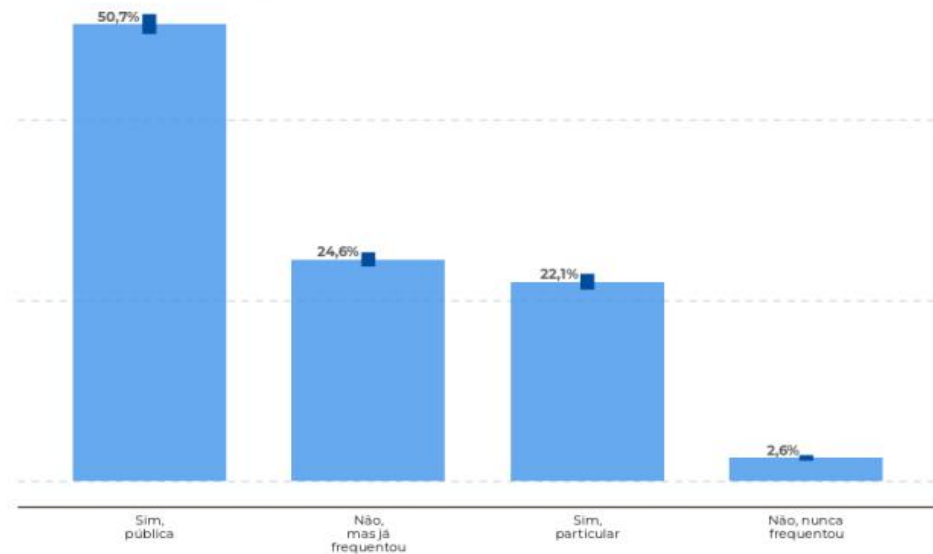
Ressalta-se que a oferta de EJA integrada à EPT nesta Rede Pública de encontra-se aquém do quantitativo. Das 95 unidades escolares ofertantes de EJA atualmente, em apenas duas delas, há oferta de EJA Integrada à EP logo, a necessidade de ampliação dessa oferta não está condicionada apenas ao cumprimento das Leis supracitadas, mas, principalmente, aos anseios dos sujeitos da EJA.

Os dados públicos, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, que relacionam a baixa renda da população com a baixa escolaridade, tem registrado um aumento da população mais vulnerável social e economicamente no mercado informal e nos subempregos, que ignoram os seus direitos trabalhistas e exploram sua força de trabalho.

Segue, abaixo, os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios em 2021), disponibilizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, referentes à escolarização da população acima dos 25 (vinte e cinco) anos:

Gráfico 1 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais, Distrito Federal.

Figura 3.5.2: Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Distrito Federal, 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Fonte: extraído do documento Relatório Geral (PDAD 2021, p. 45). Disponível em: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/relatorios/relatorio_DF.pdf. Acesso em 3 abr. 2023.

Importante destacar que a população do D.F. atualmente é composta por 3.010.881 (três milhões dez mil e oitenta e uma) pessoas. Neste mesmo período, conforme dados do Censo Escolar DF, disponibilizados no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o quantitativo de matrículas no 1º semestre da EJA foi de, apenas, 33.094.

Registrar-se que a cada semestre letivo, percebe-se uma diminuição substancial do número de matrículas na EJA, especialmente após a pandemia de COVID 19.

Há que se notar que entre as consequências da pandemia de COVID-19 estão impactos econômicos que podem ser identificados em indicadores divulgados pelo IBGE.

Segundo o IBGE, a taxa de desocupação para o 1º trimestre de 2022 no Distrito Federal é de 12,6%, sendo de 14,3% no 1º trimestre de 2017 e tendo atingido seu pico no período em análise no 3º trimestre de 2020, quando atingiu 15,7%.

Destaca-se que, da população com ocupação, 463 mil pessoas estavam ocupadas informalmente no 3º trimestre de 2021.

Quanto ao poder de compra da população do Distrito Federal, o IBGE aponta, para região, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 meses, tendo junho de 2022 como mês de referência, é de 11,57%.

Portanto, todos esses estudos realizados pela Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, reforça a necessidade da ampliação da oferta de EJA integrada à EPT, que tem por objetivo tanto atender a demanda referente à conclusão da Educação Básica pela população acima dos 15 anos, quanto promover a formação integral desses sujeitos voltada para o mundo do trabalho a partir da sua formação profissional.

Como consequência imediata dessa formação de professores e demais profissionais que atuam diretamente com a EJA, espera-se ampliar a oferta de EJA integrada à EPT, permitindo que os sujeitos da EJA consigam melhorar sua colocação profissional, ampliando as possibilidades no mercado formal, com os seus direitos trabalhistas e sua dignidade garantidos, sem perder de vista o desenvolvimento de um processo de ensino e de aprendizagem problematizador e libertador. A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que* se acham (FREIRE, 2021, p.100).

Fundamentação Teórica: Durante o desenvolvimento do curso serão adotados como referenciais teóricos os textos e as obras de autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti, Demerval Saviani e Patrícia Collins. Serão adotados ainda os normativos da SEEDF, referentes à Educação de Jovens e Adultos, como o Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014), Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014) e Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino da Rede da Pública do Distrito Federal (SEEDF, 2021), Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014).

Conteúdos/Problematização:

Módulo 1: Os Sujeitos da EJA e o mundo do trabalho.

Módulo 2: A interseccionalidade de vulnerabilidades na EJA e a sua relação com permanência escolar, o convívio social e as políticas educacionais.

Módulo 3: O que é a integração curricular e quais as suas potencialidades? E como integrar a EJA à Educação Profissional Tecnológica (EPT)?

Módulo 4: A construção de matrizes integradas e dos projetos integradores.

Módulo 5: Os processos avaliativos na perspectiva da integração curricular.

Avaliação: Serão Adotadas estratégias avaliativas que possibilitem a identificação das aprendizagens evidenciadas pelos cursistas, com registros que possibilitem o acompanhamento, a intervenção e novas possibilidades de aprendizagem.

Organização e Cronograma:

Da carga horária presencial: A carga horária presencial do curso será distribuída em aulas semanais, com duração de duas horas cada, ao longo das 20 semanas do semestre letivo, da seguinte forma:

1. Módulo 1: Os Sujeitos da EJA e o mundo do trabalho.

Objetivo específico 1: Reconhecer os sujeitos da EJA como educandos da classe trabalhadora, relacionando o contexto socioeconômico e cultural desses sujeitos com o mundo do trabalho, identificando os normativos do Distrito Federal referentes à modalidade como políticas inclusivas e afirmativas.

Este módulo será trabalhado em quatro aulas, com duração de duas horas e por quatro semanas.

2. Módulo 2: A interseccionalidade de vulnerabilidades na EJA e a sua relação com permanência escolar, o convívio social e as políticas educacionais.

Objetivo específico 2: Compreender como as categorias de raça, gênero, classe, faixa etária se sobrepõem e atuam de forma unificada, interferindo diretamente na permanência escolar, no convívio social e na elaboração de políticas educacionais.

Este módulo será trabalhado em quatro aulas, com duração de duas horas cada, uma vez por semana, totalizando quatro semanas.

3. Módulo 3: O que é a integração curricular e quais as suas potencialidades? E como integrar a EJA à Educação Profissional Tecnológica (EPT)?

Objetivo específico 3: Compreender a integração curricular, com base nos princípios epistemológicos da unicidade teoria-prática, da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilização, constantes no Pressupostos Teóricos do Currículo em movimento da Educação Básica.

Este módulo será trabalhado em quatro aulas, com duração de duas horas cada, uma vez por semana, totalizando quatro semanas.

4. Módulo 4: A construção de matrizes integradas e dos projetos integradores.

Objetivo específico 3: Construir matrizes curriculares integradas conjuntamente com os cursandos, a fim de fomentar a implementação da EJA Integrada à Educação Profissional integração como uma prática emancipadora e dialógica.

Este módulo será trabalhado em quatro aulas, com duração de duas horas cada, uma vez por semana, totalizando quatro semanas.

5. Módulo 5: Os processos avaliativos na perspectiva da integração curricular.

Objetivo específico 5: Discutir a avaliação, em seus diferentes processos e espaços, de modo que esse processo seja compreendido como forma de encorajar, orientar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Este módulo será trabalhado em quatro aulas, com duração de duas horas cada, uma vez por semana, totalizando quatro semanas.

Da carga horária online: Às 40 horas referentes a essa carga serão contabilizadas por meio da interação dos cursistas no AVA, por meio das leituras e realização das atividades disponibilizadas na plataforma virtual, bem como a participação em fóruns de discussão referentes à temática.

Referências:

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA:** itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Edição Extra. Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> Acesso em: 23 fev. 2022.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios:** PDAD 2021. Brasília: Codeplan, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/> Acesso em: 1 out. 2020

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Aprova o Plano Distrital de Educação – PDE e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal nº 135,** Brasília, DF, 15 jul. 2015. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=a67c782d75ed48168d81521d566eeac2 Acesso em: 20 fev. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento da Educação Básica**: pressupostos teóricos. Brasília: SEEDF, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/sedf/docs/1-pressupostosteoricos>.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal**. Brasília: SEEDF, 2014. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal**. Disponível em http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/diretrizes_avaliacao_educacional.pdf

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Formação Continuada**. Brasília, DF: SEEDF, 2018. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Diretrizes-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Continuada_05fev19.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 110-115, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Ressalta-se que, durante a Semana Pedagógica 2023 da SEEDF, entre os dias 6 e 10 de fevereiro de 2023, foi possível realizar um curso piloto referente ao módulo 1 da proposta de formação apresentada. Dessa forma, registra-se aqui um relato dessa experiência.

A equipe DIEJA, ofertou durante a Semana Pedagógica 2023, por meio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), oficinas/minicursos pedagógicos a distância, pela plataforma *Moodle* da instituição, com duração de 3 horas cada e com as seguintes temáticas:

- Alfabetização de Jovens e Adultos: concepções e práticas pedagógicas.
- Ressignificação do trabalho pedagógico na EJA.

- Repensando a avaliação na EJA: a utilização de instrumentos avaliativos para as aprendizagens dos estudantes.
- Sujeitos da EJA: acolhimento, saberes e permanência escolar.
- Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e as estratégias para acesso e permanência escolar; e
- Educação no Sistema Prisional: Desafios e possibilidades.

Foram realizadas, 9 (nove) oficinas pedagógicas nos turnos vespertino e noturno, com alguns temas sendo discutidos nos dois turnos para alcançar o maior número de profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

O minicurso referente ao piloto do módulo 1 do produto-técnico educacional apresentado nesta pesquisa foi: *Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e as estratégias para acesso e permanência escolar*. Esse curso foi ofertado em dois momentos, sendo que a turma do turno vespertino contou com a participação de 11 (onze) profissionais e a turma do noturno, com 90 (noventa) profissionais.

Em que pesem os problemas técnicos enfrentados pela EAPE acerca da capacidade da plataforma *Moodle* suportar muitos acessos ao mesmo tempo, com transmissão simultânea de mais de 100 (cem) oficinas, os professores que conseguiram acessar foram muito receptivos e participativos, apesar, de alguns deles já atuarem com a EJA há mais de vinte anos, apontaram a necessidade de mais momentos de troca de experiências e de formação continuada para o fortalecimento da oferta da modalidade no âmbito do Distrito Federal, o que pode ser identificado no anexo 2, que apresenta a avaliação realizada por 22 (vinte e dois) dos 90 (noventa) profissionais atendidos pelo minicurso ministrado no turno noturno.

Estima-se que em torno de 1800 profissionais estão atuando no primeiro semestre de 2023. Desse total, em torno de 1.150 são professores efetivos e 650 temporários. Por meio dos 9 (nove) minicursos ministrados na Semana Pedagógica 2023, a DIEJA atendeu, 450 dos 1.150 profissionais efetivos que iniciaram o semestre letivo na EJA, alcançando um percentual de 40%.

No caso da EJA, realmente é um desafio para a EAPE disponibilizar cursos de formação continuada pela falta de formadores especialistas na modalidade e, apesar da equipe DIEJA ser composta por especialistas, as competências regimentais e atribuições da DIEJA não permitem essa sobreposição de ações.

Soma-se a isso a necessidade das formações acontecerem prioritariamente no noturno, pois muitos profissionais que atuam na EJA são 60 horas (durante as 40 horas diurnas atuam em diferentes espaços) e de forma descentralizada, no âmbito das 14 Coordenações Regionais de Ensino do DF (Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga) distribuídas em 14 Regiões Administrativas, geograficamente distantes umas das outras e distantes de Brasília, região central do Distrito Federal.

Sobre a Semana Pedagógica da SEEDF, salienta-se uma questão relevante, os professores que atuam no regime de contratação temporária na rede de ensino do DF começam a atuar, apenas, no primeiro dia letivo do semestre/ano, o que gera grande impacto pedagógico, visto que esses profissionais iniciam seu trabalho com os estudantes sem terem a oportunidade de organizar seu trabalho pedagógico, a partir da realidade da comunidade escolar a ser atendida e da importante troca com seus pares durante esse momento coletivo.

Para melhor compreensão desse impacto pedagógico, destaca-se os dados do Censo Escolar 2020 referentes aos profissionais que atuaram na rede do referido ano. Segundo esses dados, a SEEDF atuou com 23.924 profissionais efetivos, sendo que, em torno de 4.000 mil desses profissionais citados, atuam nas Sedes administrativas da SEEDF, Coordenações Regionais de Ensino e estão cedidos para outros órgãos e instituições e, com 10.889 profissionais temporários em regência, um número bastante elevado. (DISTRITO FEDERAL, [2023]).

Não se questiona aqui a qualidade do trabalho dos profissionais que atuam sob o regime de contratação temporária, mas, sim, o grande desafio da rede de ensino em conseguir atender 500 mil estudantes anualmente, com profissionais efetivos, de carreira, que estabeleçam vínculos com a comunidade escolar, pois a territorialidade escolar não se restringe apenas às questões de espaços físicos, também perpassa pelo entendimento das relações de poder entre os indivíduos sociais e a escola em busca do processo de ensino e de aprendizagem.